

Evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa



ISSN: 2316-2317

Revista Eletrônica Multidisciplinar FACEAR

Gisliane Aparecida Costa¹; Daniel Ferreira dos Santos²; Tatiane Antonovz³;
Michael Dias Correa¹; Aginaldo Ferreira dos Santos²;

¹ Universidade Positivo

² Faculdade Educacional Araucária - FACEAR

³ Faculdade Estácio

RESUMO

O objetivo geral do estudo é avaliar a relação da evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa adotado pelas empresas brasileiras, a partir do estudo de caso das demonstrações e informações contábeis divulgadas pelas empresas vencedoras do Prêmio da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. Os procedimentos metodológicos do trabalho em relação à abordagem e ao tipo de pesquisa o caracterizam como sendo uma pesquisa qualitativa e descritiva. A realização da pesquisa se deu na forma de estudo de caso e bibliográfica. A pesquisa aplicada do tipo estudo de caso foi realizada por meio de verificação de informações e demonstrações evidenciadas pelas empresas nos seus websites, no campo relacionamento com o investidor e pela verificação de informações demonstradas pelas empresas no website da CVM. A pesquisa bibliográfica se deu por meio de livros, periódicos especializados além de teses pertinentes ao assunto. Dentre as principais evidências encontradas, verificou-se que existe uma grande preocupação pelas empresas em evidenciar informações e demonstrações contábeis mais transparentes para que seus usuários possam analisar a real situação da entidade. Destacam-se, ainda, as evidências de que a governança corporativa possa contribuir para a continuidade da empresa e para melhores resultados futuros.

Palavras chave: Evidenciação Contábil; Governança Corporativa; Informação Contábil.

ABSTRACT

The overall objective of the study is to evaluate the relationship between accounting disclosure and corporate governance practices adopted by Brazilian companies from the case study of financial and accounting information disclosed by companies that won the Prize of the Foundation Institute for Accounting, Actuarial and Financial - FIPECAFI. The methodological procedures of work in relation to the approach and to characterize the type of research as a qualitative and descriptive. The research took the form of case study and literature. The applied research case study was carried out by means of verifying information and demonstrations presented by European companies on their websites, in the investor relations field and verification of information shown by companies in the CVM website. The literature was through books, journals as well as theses relevant to the subject. Among the principal evidence, it was found that there is a big concern for companies in the financial statements show information and more transparent to their users to

analyze the real situation of the entity. Remarkable, yet, the evidence that corporate governance can contribute to business continuity and better future results.

Key Words: Accounting Disclosure, Corporate Governance, Accounting Information.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas nas estruturas das empresas brasileiras, no que se refere à propriedade e gestão, devido à abertura de capital, têm proporcionado conflitos entre os acionistas e os administradores.

Os acionistas têm problemas em monitorar o trabalho realizado pelos administradores. Esses últimos possuem muitas informações e por meio delas, precisam tomar decisões diariamente. Paralelamente os acionistas não conseguem acompanhar todos os atos de tais agentes.

As práticas de Governança Corporativa vêm auxiliar nesse processo de acompanhamento dos trabalhos realizados pelos administradores, sobretudo no que se refere aos conflitos de agência, disponibilizando um conjunto eficiente de mecanismos de incentivos e monitoramento, como objetivo de assegurar que os comportamentos dos agentes estejam alinhados com os do acionista.

Outro conflito de agência refere-se entre os acionistas minoritários e os majoritários, onde a grande concentração de ações ordinárias com poucos acionistas majoritários causa a expropriação direta sobre os outros investidores e a expropriação pela ineficiência causada devido à busca de objetivos pessoais. A Governança Corporativa também tem como propósito solucionar esse conflito de agência com práticas que derem maior segurança e direito aos minoritários.

No Brasil, o conflito de agência existente é entre o acionista minoritário e os majoritários. As práticas de governança corporativa estão em estado embrionários, mas pode-se verificar um grande avanço nessa última década, com código de boas condutas elaboradas por alguns organismos institucionais.

Quanto mais transparente a empresa for às suas demonstrações prestadas maior será a sua credibilidade no mercado, pois haverá maior confiança por parte dos seus investidores e fornecedores que podem visualizar com maior clareza a real situação em que a empresa se encontra.

Evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa

A contabilidade auxilia a Governança Corporativa quando demonstrar a real situação da empresa através de relatórios e demonstrativos contábeis. Com esses relatórios os acionistas conseguem visualizar o desempenho dos administradores, tendo assim o controle da organização como um todo, minimizando as causas do conflito de agência. Auxilia também em um dos pilares da Governança Corporativa que é a transparência, possibilitando a evidenciação de relatórios e informações que são considerados obrigatórios pela legislação, bem como, de caráter voluntário.

Ao conjugar essas características da Governança Corporativa e da evidenciação contábil, o presente estudo será realizado com o objetivo de demonstrar como a evidenciação da informação contábil pode contribuir para as práticas de Governança Corporativa.

A evidenciação contábil que envolve o contexto das empresas demonstra não somente os relatórios obrigatórios pela legislação, mas também quadros e demonstrativos suplementares, demonstrando assim a preocupação em ser o mais transparente possível para com a sociedade.

Os relatórios contábeis elaborados pelas empresas que utilizam práticas de Governança Corporativa buscam demonstrar com linguagem simples e com transparência os fatos que ocorreram nas empresas, voltados não somente para os administradores, mas também para todos que tenham interesse.

Sendo a evidenciação contábil um dos pilares da Governança Corporativa, a presente pesquisa concentra-se em verificar as informações e demonstrações contábeis que são evidenciadas pelas empresas vencedoras do Prêmio da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI e a importância dessa evidenciação para o desenvolvimento das práticas de Governança Corporativa.

Outro ponto que se busca com o presente artigo é analisar a relação da evidenciação da informação contábil e as práticas de Governança Corporativa no Brasil, por meio de um comparativo entre companhias abertas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e vencedoras do Prêmio Troféu Transparência no período de 2002 a 2008.

Analisar o conteúdo disponibilizado na CVM na área de RI das companhias abertas e vencedoras do Prêmio Troféu Transparência no período de 2002 a 2008, sendo Vale S/A, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S/A – Sabesp, Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás e Gerdau S/A.

E por fim, comparar as demonstrações obrigatórias e voluntárias desde 2002 a 2008 das empresas vencedoras do Prêmio Transparência concedido pela FIPECAFI, sendo a Vale S/A, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S/A – Sabesp, Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás e Gerdau S/A.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção será demonstrado o referencial teórico no qual se apoia o presente artigo, demonstrando a conceituação da governança corporativa e também a evidenciação contábil.

2.1 Governança Corporativa

Para Andrade e Rossetti (2006, pág. 140), os quatro valores da governança corporativa são:

Fairness. Senso de Justiça, equidade no tratamento dos acionistas. Respeito aos direitos dos minoritários, por participação equânime com a dos majoritários, tanto no aumento da riqueza corporativa, quanto nos resultados das operações, quanto ainda na presença ativa em assembléias gerais.

Disclosure: Transparência das informações, especialmente das de alta relevância, que impactam os negócios e que envolvem resultados, oportunidade e riscos.

Accountability: Prestação responsável de contas, fundamentada nas melhores práticas contábeis e de auditoria.

Compliance. “Conformidade no cumprimento de normas reguladoras, expressas nos estatutos sociais, nos regimes internos e nas instituições legais do país”.

De acordo com Andrade e Rossetti (2006, p. 141) esses valores estão expressos nos conceitos e nos códigos de boa governança e “estabelecem critérios fundamentados na conduta ética que deve estar presente no exercício das funções e das responsabilidades dos órgãos que exercem a governança das companhias”.

Os princípios básicos adotados pelas práticas de Governança Corporativa são a prestação de contas, a equidade, a transparência e a responsabilidade corporativa. Sendo assim um dos pilares da Governança Corporativa é a

evidenciação. Essa evidenciação é responsável pela melhor transparência das informações prestadas pela companhia. Com a transparência das informações contábeis verifica-se a preocupação não somente em gerar riquezas para o acionista, mas também com a sociedade, fornecedores e funcionários. Essas informações evidenciadas são de caráter obrigatório e voluntário e servem para a tomada de decisões dos usuários.

Nos últimos anos, o tema Governança Corporativa ganhou muito destaque no Brasil e também mundialmente. Isso se deve a fato de se tratar de um assunto importante nos dias atuais, pois se vivenciou há pouco tempo uma grande crise financeira e isso despertou o interesse e a atenção da sociedade em geral para as boas práticas corporativas (FAMÁ; RIBEIRO NETO, 2009, pág. 2).

A governança corporativa busca otimizar o desempenho da empresas através de algumas práticas realizadas que envolvem a relação de todos, do conselho de administração, do conselho fiscal, da auditoria independente e a relação entre acionistas e gestores. Essas práticas visam à proteção a todas as partes interessadas na empresa, como por exemplo, empregado, credores e investidores.

Um dos pilares da governança corporativa é a transparência. A evidenciação contábil auxilia na transparência ao divulgar as demonstrações e informações contábeis, principalmente aquelas que afetam os negócios da empresa, e envolvem riscos e oportunidade. Tais informações e demonstrações contábeis podem ser de caráter obrigatório pela legislação ou de caráter voluntário.

Nesse sentido, consoante aos propósitos da presente pesquisa, essa seção parte da premissa de que a evidenciação contábil é algo importante para as boas práticas de governança corporativa.

De modo objetivo, o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2004, p.4) descreve Governança Corporativa sendo o “sistema pela qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria Independente e conselho fiscal.” Esse conceito do IBGC ressalta a preocupação entre a inter-relação dos indivíduos que fazem parte da organização.

Em 2002 a CVM – Comissão de Valores Mobiliários elaborou um documento chamado de Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa. Apesar de não ter força de lei, tal cartilha serve de referência para que as empresas a adotem na execução das práticas de Governança. Em relação à Governança Corporativa, a CVM (2002, p. 1) estabelece que “Governança Corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como os investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital”.

2.2 Evidenciação contábil

De acordo com Custódio et al (2006, p. 11) “conceitualmente a expressão evidenciação é ação de evidenciar, isto é demonstrar e comprovar.” No que se refere a contabilidade a expressão evidenciação, segundo os mesmos autores (2006) afirmam que a expressão inglesa *disclosure* (evidenciação) utilizada significa que o usuário da informação contábil dever ter a informação completa, justa e adequada ao que se pretende evidenciar.

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 515) “a quantidade de informação a ser divulgada depende, em parte, da sofisticação do leitor que a recebe.” Ludícibus (2009) simplifica alegando que é necessário traçar um perfil do investidor médio e verificar a qualidade e a quantidade de informação que ele pode digerir em dada cada circunstância de espaço e tempo. O autor ainda cita como exemplo uma grande empresa industrial que opera em uma área de uma grande tribo do interior da África editar seus balanços com um nível de evidenciação muito elevada, com estimativas, probabilidades se o nível médio do leitor não teria capacidade para compreendê-lo.

Com relação à interpretação dos demonstrativos contábeis, Ludícibus (2009, p. 111) afirma que “é tarefa única e exclusivamente reservadas aos experts em Contabilidade e Finanças, que deveriam ser os intermediários entre as empresas e os donos de recursos, assessorando estes últimos nas análises.” Complementando, o mesmo autor (2009) afirma que não devem ser truncados os esforços para o leitor médio possa ter melhores conhecimentos na área contábil e financeira, mas quando há a necessidade de interpretações mais profundas os experts em contabilidade possam ajudá-lo na compreensão.

Quanto à quantidade a ser evidenciadas Hendriksen e Breda (1999, p. 515) citam “Três conceitos de divulgação são geralmente propostos: divulgação adequada, justa e plena.” Os mesmos autores citados (1999, p. 515) descrevem os três conceitos:

“A mais comumente utilizada dessas expressões é divulgação adequada, mas isso pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo negativo de evitar que as demonstrações sejam enganosas. Divulgação justa e divulgação completa são conceitos mais positivos. A divulgação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leires em potencial. Divulgação completa pressupõe a apresentação de toda a informação relevante.”

Completando Hendriksen e Breda (1999, p. 515) afirmam que “Não há diferença real entre esses conceitos, caso sejam utilizados no contexto apropriado. Entretanto, a divulgação apropriada de informação relevante para os investidores deve ser adequada, justa e plena.”

Ludícibus (2009, p. 111) concorda com a opinião de Hendriksen e Breda quando afirma que:

“Na verdade, não existe diferença efetiva entre tais conceitos, embora tenham sido utilizados com significados distintos; toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhamento que está sendo evidenciado.”

Ludícibus (2009) e Hendriksen e Breda (1999) têm opiniões iguais no sentido de que a informação que não for relevante deve ser omitida para que possa haver o entendimento e a compreensibilidade do que foi divulgado.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O método racional é o mais empregado no campo das ciências sociais, no qual a Contabilidade faz parte. Esse método racional tem como procedimentos metodológicos usuais a "observação da realidade, ou a aceitação de certas proposições evidentes, princípios ou axiomas, para em seguida prosseguir por dedução ou indução, em virtude das exigências unicamente lógicas e racionais" (BEUREN, 2004, p. 30).

3.1 Delineamento da pesquisa

O tipo de pesquisa realizada no trabalho, quanto aos seus objetivos e a abordagem do problema caracteriza-se como sendo descritiva e qualitativa.

De acordo com Gil (1999) a pesquisa descritiva tem como o principal objetivo o estabelecimento de relações entre as variáveis ou descrever características de determinada população ou fenômeno.

“Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.” (BEUREN, 2003, p. 93).

Com relação ao procedimento, o tipo de pesquisa se caracteriza pelo o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica. A pesquisa de estudo de caso teve como base a coleta de dados nos site das empresas selecionas, no campo relacionamento com o investidor. A coleta de dados referente às empresas foi realizada também no site da CVM. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida como objetivo de sustentar cientificamente a investigação a influência da Evidenciação Contábil na Governança Corporativa.

3.2 Estudo de caso

Esse estudo de caso tem como objetivo a comparação das demonstrações contábeis e informações que são evidenciadas pelas empresas, verificando assim a transparência de tais informações e demonstrações prestadas aos usuários.

Tendo em vista a transparência das informações contábeis, esse estudo de caso terá como base as quatro empresas premiadas com o Prêmio Troféu Transparência, desde o período de 2002 a 2008. Desde o ano de 2002, pelo fato de o IGC – Índice de Governança Corporativa ter sido criado nesse ano pela bolsa de valores de São Paulo – BOVESPA.

Um dos projetos realizados pela FIPECAFI é o Troféu Transparência. Para concorrer ao prêmio deve ser empresas sediadas no território nacional, podendo ser das áreas de Comércio, Indústria e Serviços, exceto serviços financeiros (FIPECAFI, 2009).

Evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa

De acordo com o FIPECAFI (2009), esse Prêmio foi criado em 1997 e para concorrer o prêmio às empresas devem divulgar as seguintes demonstrações:

- ✓ Balanço patrimonial;
- ✓ Demonstração do resultado do exercício;
- ✓ Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- ✓ Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- ✓ Notas explicativas;
- ✓ Demonstrações comparativas;
- ✓ Relatório da Administração;
- ✓ Parecer dos auditores independentes.
- ✓ Os critérios de Seleção, divulgado pela FIPECAFI (2009), são:
- ✓ Qualidade e grau das informações contidas nas demonstrações e notas explicativas;
- ✓ Transparência das informações prestadas;
- ✓ Qualidade do relatório da administração e sua consistência com as informações divulgadas;
- ✓ Aderência aos Princípios Contábeis;
- ✓ Ressalvas no parecer dos auditores independentes, levando-se em conta suas naturezas;
- ✓ Apresentação da divulgação quanto a layout, legibilidade, concisão, clareza, etc.

Conforme a FIPECAFI (2009), o processo de julgamento para eleger o vencedor do Prêmio se realiza em três fases, na primeira fase os alunos do curso de Mestrado e Doutorado em Controladoria e Contabilidade da FEA-USP selecionam as melhores demonstrações que atenderam aos critérios e envia para a comissão julgadora. Faz parte dessa comissão cinco pessoas, uma representando a Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - ANEFAC e as outras quatro representando a FIPECAFI. Nessa segunda fase serão selecionadas as melhores demonstrações. A última fase ocorre no dia da festa da premiação, onde é divulgado o vencedor do Troféu Transparência, Prêmio ANEFAC – FIPECAFI – SERASA.

Evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa

A FIPECAFI foi criado em 1974 pelos professores da FEA/USP – Faculdade de Economia, Administração e contabilidade da USP. A FIPECAFI disponibiliza o conhecimento gerado pelas pesquisas e pela experiência de seus professores e consultores na forma de projetos técnicos de consultoria que atendem às necessidades específicas de empresas dos mais diversos setores e portes (FIPECAFI, 2009).

O quadro a seguir foi elaborado com as empresas que foram vencedoras do Prêmio desde 2002. Desde o ano de 2002 pelo fato da IGC – Índice de Governança Corporativa ter sido criada nesse ano.

Quadro 1 - Relação de Empresas vencedoras desde 2002 a 2008

Categoria Aberta	Ano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Empresa							
Vale S/A - Vale do Rio Doce	V	V					
Gerdau S/A						V	V
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás			V	V			
Cia Saneamento Básico São Paulo – Sabesp					V		

V – empresas vencedoras

Fonte: FIPECAFI, 2011.

Pode-se verificar no quadro 1 que a empresa Vale do Rio Doce foi vencedora do Troféu Transparência em dois anos consecutivos, em 2002 e 2003. A Petrobrás também foi premiada em dois anos seguidos, sendo em 2004 e 2005. Em 2006 quem obteve o Prêmio foi a Sabesp. E a mais recente empresa em receber o prêmio foi a Gerdau em 2007 e 2008. Tendo como base essas quatro empresas, a pesquisa terá como objetivo verificar quais informações são evidenciadas pelas mesmas.

3.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados em documentação pelo *website* das empresas selecionadas, no campo relacionamento com o investidor, no *website* da CVM e no *website* da BOVESPA. Documentação por meio de pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, dissertações, artigos e em sites com conteúdos pertinentes ao tema da pesquisa.

No site de cada empresa estudada foi levantando os dados de informações contábeis e relatórios contábeis divulgados no campo relacionamento com o investidor. Essas demonstrações contábeis são de caráter voluntário e outros de caráter obrigatório pela legislação. Houve também a coleta de dados referente à quantidade de informação divulgada pelas empresas nesse mesmo campo relacionamento com o investidor no site de cada empresa selecionada.

No site da CVM foi verificado que tipo de informações e demonstrações contábeis está disponibilizado pelas empresas para os usuários. Como resultado da coleta de dados, registrou-se as informações e demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas. Dados esses que servirão de base para a análise e interpretação do objetivo do estudo de caso.

3.4 Análise e interpretação dos dados

A tabulação das informações e demonstrações contábeis evidenciadas se deu com o auxílio da planilha eletrônica Excel.

Na apresentação dos dados foram utilizadas tabelas que permitiram a compreensão da quantidade de informações e demonstrações divulgadas, e que tipo de informações e demonstrações contábeis foram divulgadas por tais entidades.

Finalmente, a partir de um modelo qualitativo de análise, alicerçado em dados obtidos por ocasião da tabulação de informações e demonstrações, conseguiram-se subsídios para uma análise da relevância da informação contábil para as práticas de Governança Corporativa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A interpretação dos dados proporcionou a elaboração de certas considerações sobre as informações e demonstrações evidenciadas pelas empresas selecionadas. A tabulação dos dados de tais informações e demonstrações possibilitou inferir de modo descritivo acerca dos resultados encontrados.

4.1 Períodos de divulgação de demonstrações obrigatórias

As demonstrações contábeis demonstram a real posição econômica financeira de uma empresa em determinado período. A importância de evidenciar demonstrações contábeis possibilita verificar a evolução da empresa ao longo dos períodos e a comparação de resultados de um período com o outro. Uma das qualidades da informação contábil é a comparação.

As empresas Gerdau, Petrobrás e Sabesp deixam evidentes as demonstrações contábeis trimestrais desde o primeiro semestre de 1999 e a Vale deixa disponível desde o quarto trimestre de 1999.

4.2 Divulgações de relatórios e pareceres obrigatórios

A Lei 6.404/76, no seu art. 133, estabelece que as empresas devam evidenciar: O relatório da Administração, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes, se houver. Com a Lei 10.303/01 foi incluso mais o parecer do conselho fiscal, se houver e demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.

Com relação ao Relatório da Administração, ao Parecer do Auditor independente e ao Parecer do Conselho Fiscal demonstrado pelas empresas, foi realizada uma pesquisa e pode-se verificar que todas as empresas premiadas com o Prêmio Troféu Transparência, desde o período de 2002 a 2008 divulgaram em seu site, no campo relacionamento com o investidor, os Pareceres do Conselho Fiscal, o Parecer do Auditor Independente e o Relatório da Administração no período de 2002 a 2008. Sendo esses Relatórios e Pareceres obrigatórios pela legislação, no art. 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, alterado pela Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001.

4.3 Demonstrações contábeis obrigatórias divulgadas

A lei nº 6.404 de 1976, no seu art. 176, alterado pela Lei nº 11.638, estabelece como sendo obrigatórias as seguintes demonstrações contábeis: “balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.” Conforme o parágrafo 4º desse mesmo art. 176 “As demonstrações serão complementadas por notas

explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.”.

Uma relação com as quatro empresas estudadas e as demonstrações obrigatórias no período de 2002 a 2008 é sintetizada na tabela a seguir:

Tabela 1 – Tipo demonstrações obrigatórias divulgadas anualmente

Empresas	Vale S/A							Gerdau							Petrobras							Sabesp											
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008					
Evidenciação Obrigatória																																	
Balanco	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
DRE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
DLPA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
DOAR	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
DVA							X							X												X						X	
DFC							X							X												X						X	
Notas Explicativas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Pela tabela anteriormente citada, pode-se verificar que todas as empresas divulgaram em seu site, no campo relacionamento com o investidor as demonstrações contábeis obrigatórias anuais no período de 2002 a 2008. Vale verificar que a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passaram a serem obrigatórias a partir do ano de 2008, ano em que deixou de ser obrigatório a Demonstração das Origens e aplicações de Recursos (DOAR).

4.4 Divulgações de demonstrações e informações contábeis voluntárias

As demonstrações voluntárias se caracterizam pelo fato de não serem obrigatórias por lei e demonstra a preocupação da empresa com a transparência de sua atividade para com os usuários. A seguir será mostrado uma tabela relacionando as empresas estudadas com a divulgação de demonstrações e informações adicionais nas demonstrações anuais. Essa tabela apresenta qual demonstração ou informação foi divulgada por cada empresa e o período que houve tal demonstração.

Evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa

Tabela 2 – Evidenciação voluntária no site das empresas estudadas

Empresas	Vale S/A								Gerdau								Petrobrás								Sabesp							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Evidenciação Voluntária																																
Balço Social	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
DFC	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x		x	x					
DVA	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x								
Demonstração do Resultado consolidado por segmento de negócios	x	x	x	x	x	x	x										x	x	x	x	x	x	x	x								
Demonstração do Resultado consolidado por área geográfica e por segmento de negócios											x	x	x																			
Demonstração de Investimento em controladas e controladas de controle compartilhado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x																						
Parecer do Conselho de Adm.	x	x	x	x	x	x	x																									
Conselheiro, membros de Comites e Diretoria	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Moeda funciona				x																												
Geração de Caixa						x	x																									
Análise de Sensibilidade							x																									
Balço Social e Ambiental									x	x	x						x	x	x	x	x	x	x	x								
Quadro de Indicadores sociais internos e externos, ambientais, do corpo funcional e informações sobre cidadania empresarial									x	x	x	x	x	x	x																	
Relatórios enviando ao SEC	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Relatório de Indicadores Financeiros																	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Histórico dos valores de dividendos pagos	x	x	x	x	x	x	x										x	x	x	x	x	x	x	x								
Histórico dos Investimentos	x	x	x	x	x	x	x										x	x	x	x	x	x	x	x								
Relatório dos Financiamentos Realizados																																
Relatório de Estrutura de Dívida																																
Relatório sobre Debentures	x	x	x	x	x	x	x																									
Relatórios de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x	x					x																				
Demonstrações Contábeis anuais de Controladas e Coligadas	x	x	x	x	x	x	x																									
Apresentações e Teleconferências	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Prêmios e Reconhecimentos									x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x								

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Em análise da tabela anterior, verifica-se que todas as empresas estudadas divulgam algo a mais que a lei obriga em suas demonstrações anuais.

Nota-se que o Balanço Social é divulgado em todos os períodos pela Petrobrás e pela Vale. A Gerdau demonstrou nos anos de 2002 e 2003 o Balanço Social e o Balanço Social e Ambiental, no ano de 2004 demonstraram somente o Balanço Social e Ambiental, no ano de 2005 o Relatório de Sustentabilidade e do ano de 2006 até 2008 voltou a demonstrar o Balanço Social.

A Petrobrás além de demonstrar o Balanço Social também demonstrou o Balanço Social e Ambiental em todos os períodos estudados. Somente a Sabesp não divulgou esse demonstrativo no período estudado. Ao demonstrar o Balanço Social verifica-se a preocupação das empresas de deixar transparente o que ela está fazendo por seus profissionais e comunidade, evidenciando a sua responsabilidade social.

A DFC e a DVA nos períodos de 2002 a 2007 não eram obrigatórios, eram consideradas demonstrações voluntárias. A Vale, a Gerdau e a Petrobrás fizeram a evidenciação de tais demonstrações em todo os períodos estudado. A Sabesp somente evidenciou essas demonstrações em 2003 e 2004.

A demonstração de Resultado Consolidado por segmento de negócio é evidenciado em todos os períodos pela Vale e pela Petrobrás. A Gerdau evidenciou nos períodos de 2004 a 2006 a demonstração de Resultado Consolidado por área geográfica e por segmento de negócio. A Sabesp não demonstrou nenhuma dessas demonstrações.

A Vale, em todos os períodos, demonstrou o Parecer do Conselho de Administração, o Relatório sobre Debêntures, o Relatório de Sustentabilidade e as Demonstrações Contábeis anuais de Controladas e Coligadas, diferentemente das outras empresas estudadas que não demonstraram nenhuma dessa demonstrações e relatórios.

Demonstração de Investimento em controladas e controladas de controle compartilhado é demonstrado pela Vale em todos os períodos e pela Gerdau somente nos anos de 2002 e 2003. É apresentado no site de todas as empresas estudadas nos períodos estudados a relação de Conselheiro, membros de Comitês e Diretoria, os Relatórios enviando ao SEC e as Apresentações e Teleconferências.

Evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa

Somente a Sabesp apresenta os Relatórios dos Financiamentos Realizados e os Relatórios de Estrutura de Dívida em todos os períodos, as demais empresas não apresentam tais relatórios. Somente a Gerdau apresenta Quadro de Indicadores Sociais internos e externos, ambientais, do corpo funcional e informações sobre cidadania empresarial nos períodos estudados.

A Vale e a Petrobrás demonstram em todos os períodos os históricos dos valores de dividendos pagos e os históricos dos investimentos. Já os Relatórios de Indicadores Financeiros são demonstrados em todos os períodos pela Petrobrás e pela Sabesp. Com relação aos Prêmios e Reconhecimentos são evidenciados pelas empresas Gerdau e a Petrobrás em todos os anos estudados.

Em 2005, a Vale demonstrou os impactos da aplicação da resolução do Conselho Federal de Contabilidade nos resultados do exercício de 2005. Sendo essa a resolução CFC nº 1.052/05, que aprova a NBC T 7, conversão de Moeda Estrangeira nas Demonstrações Contábeis que institui o conceito de moeda funcional e moeda de relatório e instrui que os efeitos monetários apurados no processo de conversão das Demonstrações Contábeis de empresas com moeda funcional diferente da moeda funcional da investidora, passam a ser registrados diretamente em conta específica do Patrimônio Líquido.

A Vale demonstrou em 2007 e 2008 o relatório de Geração de Caixa consolidada medida pelo EBITDA (LAJIDA) (lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e depreciação, resultado de participações societárias, amortização e exaustão e acréscimo dos dividendos recebidos). E em 2008 evidenciou também a Análise de Sustentabilidade.

Pode-se verificar que houve uma grande divulgação de informações e demonstrações contábeis voluntárias pelas empresas estudadas. Isso revela a preocupação das empresas com o *disclosure* de tais informações e demonstrações. Com relação ao *disclosure*, Custódio et al (2006) afirmam que o *disclosure* pode auxiliar os analistas financeiros (usuários externos) a conhecer com profundidade a situação econômica, financeira e social da empresa, uma vez que revelam informação que não seriam tão facilmente percebidas em demonstrações tradicionais.

4.5 Informações e demonstrações anuais divulgadas pela CVM

A CVM divulga em seu *site* informações e demonstrações contábeis das empresas abertas, tendo poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes desse mercado de companhias abertas. Seguem, abaixo, duas tabelas referentes às informações anuais que as empresas divulgam no *site* da CVM. Pode-se verificar que tipo de informação é evidenciado, o período que foi evidenciado e a empresa que evidenciou.

Tabela 3 – Evidenciação de demonstrações e informações contábeis no site da CVM

Empresas	Vale S/A							Gerdau							Petrobras							Sabesp						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Evidenciação na CVM	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ações judiciais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Característica do setor de atuação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Características das emissões públicas e particulares de debêntures	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Composição atual do Conselho de Administração e Diretoria	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Composição do Capital Social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Dividendos distribuídos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Estatuto social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Evento de distribuição de capital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Experiência profissional dos conselheiros e diretores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Histórico da empresa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Posição acionária	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa

Ao analisar o quadro acima, pode-se verificar que de todas as informações descritas nesse quadro, que foram solicitadas pela CVM, no período em análise, foram divulgadas pelas empresas.

Segue outra tabela a seguir dando continuidade ao tema das informações evidenciadas nos *site* da CVM, referente às informações anuais. Pode-se verificar nesse quadro as informações divulgadas pelas empresas selecionadas e o período que houve tais demonstrações.

Tabela 4 – Evidenciação de demonstrações e informações contábeis no site da CVM – continuação

Empresas	Vale S/A							Gerdau							Petrobras							Sabesp							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Evidenciação na CVM																													
Ações em Tesouraria	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X															
Composição atual do Conselho Fiscal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Dados da Controlada e Coligada	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					X	X						
Dados da Governança Corporativa		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Matéria prima e fornecedores								X				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X								
Nome de produtos e clientes												X	X	X	X	X	X	X	X	X	X								
Operação com empresas relacionadas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X							X	X
Período de sazonalidade de negócios												X	X	X															

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Ao analisar a tabela 4, verifica-se que a Sabesp foi à empresa que menos evidenciou as informações solicitadas pela CVM no período de 2002 a 2008.

Pode-se também verificar que todas as empresas divulgam informações sobre boas práticas de Governança Corporativa, sendo que a Vale e a Petrobrás

demonstram tais informações desde 2003 e o restante das empresas desde o ano de 2004.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a relação da evidenciação da informação contábil e as práticas de Governança Corporativa no Brasil, por meio de um comparativo entre companhias abertas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e vencedoras do Prêmio da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI Troféu Transparência no período de 2002 a 2008.

Para o desenvolvimento da investigação destacou-se que seria pertinente a verificação de três objetivos específicos, caracterizar a evidenciação da informação e demonstrações contábeis, analisar conteúdo disponibilizado na CVM e na área de RI das companhias abertas e vencedoras do Prêmio Troféu Transparência no período de 2002 a 2008, sendo Vale S/A, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S/A – Sabesp, Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás e Gerdau S/A e comparar as demonstrações obrigatórias e voluntárias desde 2002 a 2008 das empresas vencedoras do Prêmio Transparência concedido pela FIPECAFI, sendo a Vale S/A, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S/A – Sabesp, Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás e Gerdau S/A.

Em relação à questão de pesquisa inicialmente formulada, verificou-se que a evidenciação contábil constitui um dos pilares da Governança Corporativa, sendo a transparência das demonstrações e informações contábeis. Ao evidenciar as demonstrações e informações contábeis verifica-se a divulgação melhor de fatos que ocorrem na entidade, permitindo assim a melhor análise da posição financeira, econômica e social da entidade por parte dos seus usuários internos e externos.

Assim, a evidenciação contábil contribui com as práticas de governança corporativa no que se refere a transparência para com os usuários externos e internos, o usuários externos podem verificar a real posição da empresas para

realizar seus investimentos e os usuários internos podem utilizar dados de confiança para tomar melhores decisões com relação às atividades da empresa.

Em relação ao primeiro objetivo que seria analisar a evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa no Brasil, por meio de um comparativo entre companhias abertas listadas na Bovespa e vencedoras do Prêmio Troféu Transparência no período de 2002 a 2008, pode-se verificar que as empresas estão cada vez mais preocupadas com a divulgação de informações e demonstrações contábeis, para melhor demonstrar sua posição financeira, econômica e social.

A evidenciação tem como consequência a transparência, quanto mais transparente a empresa for, maior será a confiabilidade por parte dos seus investidores. Essa confiabilidade por parte dos investidores é muito importante no ambiente competitivo existente no mercado. Verificou-se nos *sites* das empresas uma grande quantidade de informações e demonstrações contábeis voluntárias, demonstrando a preocupação das empresas de deixarem o mais claro possível a real posição da empresa, tanto economicamente quanto financeiramente.

Acerca do segundo objetivo que seria a análise das informações e demonstrações contábeis nos *sites* das empresas e no *site* da CVM, pode-se verificar que as empresas estudadas divulgam grande quantidade de informações e demonstrações contábeis não obrigatórias, além das obrigatórias, em seus *sites*, no campo relacionamento com o investidor.

Verifica-se também que as empresas estudadas deixam expostos por um longo período de tempo as demonstrações e informações contábeis. Assim evidencia a preocupação das empresas com seus usuários, permitindo assim a comparação de tais demonstrações e o acompanhamento do desenvolvimento da empresa. No *site* da CVM, pode-se verificar que poucas foram às informações que não foram divulgadas pelas empresas.

Relativamente ao terceiro e último objetivo que seria a comparação das demonstrações contábeis das empresas estudadas, verificou-se através de comparativos que as empresas divulgam grande quantidade de informações de caráter voluntário.

REFERÊNCIAS

- ACIONISTA. **Governança corporativa**. 2009. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/governanca/ibovespa_igc_mensal.htm> Acesso em 01 de Jul. de 2009.
- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). **Governança corporativa**. 2009. Disponível em <<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>> Acesso em 13 Ag. 2009.
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>> Acesso em: 01 jun. 2009.
- BRASIL. **Lei n. 10.303**, de 31 de outubro de 2001. Dispõem sobre o mercado mobiliário e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10303.htm> Acesso em 01 Jul. 2009.
- BRASIL. **Lei n. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Dispõem sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm> Acesso em 01 Jul. 2009.
- BRASIL. **Lei n. 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõem sobre as sociedades por ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm> Acesso em 01 de Jul. de 2009.
- CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PAULO. **Investidores**. 2009. Disponível em: <<http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=0&proj=investidores&pub=T&db=>>> Acesso em 13 de Jul. 2009.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Recomendação da CVM sobre governança corporativa**. Junho, 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>> Acesso em: 01 jun. 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.121**, de 2008. Aprova a NBC T1 – estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1121.doc> Acesso em 01 de Jul. de 2009.
- CUSTÓDIO, Marcos Aurélio et al. **Caracterização da governança corporativa no Brasil e a importância da evidenciação nos informes contábeis**. 2006. Disponível em <

http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/an_resumo.asp?cod_trabalho=354> Acesso em: 01 Jun. 2009.

FAMÁ, Rubens; RIBEIRO NETO, Ramon Martinez. A importância da governança corporativa na gestão das empresas – O caso do Grupo Orsa – Disponível em: www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/TCC_Ramon.pdf > Acesso em: 14 de Novembro de 2010.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FYPECAFI). **A fipecafi**. 2009. Disponível em < <http://www.fipecafi.org/fipecafi/quem-somos.aspx>> Acesso em 13 Ag. 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FYPECAFI). **Projeto Transparência**. 2009. Disponível em < http://www.fipecafi.org/consultoria/projetos_transparencia_anefac.aspx > Acesso em 13 Ag. 2009.

GERDAU S/A. **Investidores**. 2009. Disponível em: <<http://gerdau.com.br/investidores.Default.aspx>> Acesso em 13 de Jul. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Edson S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança corporativa**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>> Acesso em 13 de Jul. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=20>> Acesso em 13 de Jul. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Origem da boa governança**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=18>> Acesso em 13 de Jul. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Principais Modelos**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=21>> Acesso em 13 de Jul. 2009.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6° ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAMEIRA, V. J. Governança corporativa. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2001.

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. **Relações com o investidor**. 2009. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/portal/frame_ri.asp?pagina=/ri/port/index.asp&lang=pt&area=ri> Acesso em 13 de Jul. 2009.

Evidenciação contábil e as práticas de governança corporativa

VALE S/A. Investidores. 2009. Disponível em: <
<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=4>> Acesso em 13 de
Jul. 2009.